



1º Simulado

PCERJ

Inspetor e Investigador
Pós-Edital

Simulado

PCERJ Inspetor e Investigador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da PCERJ;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da PCERJ.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PCERJ-23-10>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Janaína Arruda / Patrícia Manzato

01. Sócrates, filósofo grego dizia o seguinte: “Mas eis a hora de partir: eu para morte, vós para a vida. Quem de nós segue o melhor rumo ninguém o sabe, exceto os deuses.”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) a morte sempre terá uma perspectiva negativa;
- b) “vida” e “morte” são empregadas como antônimos;
- c) vida e morte podem convergir ou divergir, a depender da perspectiva;
- d) a vida sempre terá uma perspectiva positiva;
- e) não se pode comparar vida e morte.

02. “Mas eis a hora de partir: eu para morte, vós para a vida. Quem de nós segue o melhor rumo ninguém o sabe, exceto os deuses.”.

Em relação à coesão textual, o pronome “o” refere-se:

- a) à “hora de partir”;
- b) ao trecho “eu para a morte”;
- c) ao trecho “vós para a vida”;
- d) à afirmação “Quem de nós segue o melhor rumo”;
- e) aos “deuses”.

03. Um grande empresário declarou: “Daqui a 20 anos você estará mais decepcionado pelas coisas que você não fez, do que pelas que fez. Então, jogue fora suas amarras, navegue para longe do porto seguro, pegue os ventos em suas velas. Explore, sonha, descubra.”.

A modificação necessária para que esse texto fique correto é:

- a) “a 20 anos” deve ser substituído por “há 20 anos”;
- b) “do que” deve ser substituído por “a que”;
- c) retirar a vírgula depois de “então”;
- d) “sonha” deve ser substituído por “sonhe”;
- e) “descubra” deve ser substituído por “descobre”.

04. “Daqui a 20 anos você estará mais decepcionado pelas coisas que você não fez, do que pelas que fez. Então, jogue fora suas amarras, navegue para longe do porto seguro, pegue os ventos em suas velas. Explore, sonha, descubra.”.

Essa frase traz a seguinte mensagem:

- a) as ações trazem mais satisfação do que as omissões;
- b) pessoas não são guiadas pelas decepções;
- c) é preciso velejar para se descobrir;
- d) não importa o motivo, as pessoas desejam saber sobre a ação realizada;
- e) a decepção é resultado da ação.

05. “Daqui a 20 anos você estará mais decepcionado pelas coisas que você não fez, do que pelas que fez. Então, jogue fora suas amarras, navegue para longe do porto seguro, pegue os ventos em suas velas. Explore, sonha, descubra.”.

Considerando o pensamento e as estruturas linguísticas do texto, chegamos à conclusão de que a linguagem nele utilizada é predominantemente:

- a) denotativa, com algumas passagens figuradas;
- b) figurativa e metafórica;
- c) denotativa e informal;
- d) conotativa, com passagens denotativas;
- e) denotativa, com desvios da norma culta.

06. Texto 1

A criminalidade figura sempre entre as principais preocupações dos brasileiros. Somente em 2019, foram 47.796 mortes violentas intencionais (último dado anual oficial disponível do Fórum de Segurança Pública) com tendência de alta mesmo em ano de pandemia.

Estudos projetam que a população da Terra atingirá cerca de 10 bilhões até 2050, com 60% desse contingente vivendo em cidades. Ao mesmo tempo que tal concentração demográfica significa mais geração de valor, também implica maior pressão e maiores riscos.

Quando se pensa em soluções para a melhoria da segurança pública, o uso da tecnologia ainda ocupa um espaço modesto.

Disponível em
<<https://www.moneytimes.com.br/cristian-aquino-como-a-tecnologia-pode-ajudar-a-seguranca-publica-nas-cidades/>>

A oração subordinada sublinhada no Texto 1 remete a uma circunstância, por isso pode ser classificada como:

- a) substantiva temporal;
- b) sindética;
- c) adjetiva explicativa;
- d) assindética;
- e) adverbial temporal.

07. Texto 1

A criminalidade figura sempre entre as principais preocupações dos brasileiros. Somente em 2019, foram 47.796 mortes violentas intencionais (último dado anual oficial disponível do Fórum de Segurança Pública) com tendência de alta mesmo em ano de pandemia.

Estudos projetam que a população da Terra atingirá cerca de 10 bilhões até 2050, com 60% desse contingente vivendo em cidades. Ao mesmo tempo que tal concentração demográfica significa mais geração de valor, também implica maior pressão e maiores riscos.

Quando se pensa em soluções para a melhoria da segurança pública, o uso da tecnologia ainda ocupa um espaço modesto.

Disponível em
<<https://www.moneytimes.com.br/cristian-aquino-como-a-tecnologia-pode-ajudar-a-seguranca-publica-nas-cidades/>>

Pela sua estruturação, o texto 3 deve ser classificado como:

- a) dissertativo-informativo;
- b) expositivo-didático;
- c) descritivo-argumentativo;
- d) narrativo-dissertativo;
- e) narrativo-descritivo.

08. Em todas as frases abaixo há advérbios destacados; a palavra que não representa um advérbio de modo é:

- a) O anfitrião dedicou seu tempo incansavelmente;

- b) As grandes obras mineiras podem ainda ser melhor vistas durante o dia;
- c) Os poemas franceses serviram de influência aos brasileiros repetidamente;
- d) As conquistas israelitas certamente exprimem seu espírito de determinação;
- e) Nuvens se aproximando anunciam rapidamente a mudança no tempo.

09. No website da PCE-RJ, sua história conta o seguinte “A primeira polícia existente no Rio foi a Guarda Escocesa, trazida por Villegagnon em 1555, para lhe garantir a vida, permitindo-lhe colocar em execução um regime opressor e severo.”.

Esse parágrafo é formulado com uma forma de oração chamada reduzida (sublinhada). Se substituíssemos essa oração por sua forma desenvolvida, a opção correta seria:

- a) para que lhe garantisse a vida;
- b) para que lhe garantissem a vida;
- c) garante-lhe a vida;
- d) para a garantia da vida;
- e) que se garanta.

10. O título de uma reportagem é o seguinte: “Traficantes são presos em flagrante pela Polícia Civil em Vassouras”. A oração está escrita na voz passiva analítica com o verbo ser; se transformássemos essa frase para a voz ativa, a forma correta seria:

- a) A Polícia Civil em Vassouras prendeu traficantes em flagrantes;
- b) A Polícia Civil em Vassouras prende traficantes em flagrantes;
- c) prenderam-se em flagrante traficantes pela Polícia Civil em Vassouras;
- d) prendeu-se em flagrante traficantes pela Polícia Civil em Vassouras;
- e) Em flagrante em Vassouras, traficantes são presos pela Polícia Civil.

11. Assinale a alternativa abaixo na qual a palavra sublinha qualifica o termo anterior:

- a) Pequenos gestos podem tornar os homens bem-sucedidos;
- b) As maiores obras do mundo podem ser vistas virtualmente;
- c) A cultura brasileira ainda tem muito a ser descoberta;
- d) Não se pode jamaiz duvidar da determinação de uma mulher;
- e) O intérprete alemão é o mais gentil que já conheci.

12. Cada uma das frases abaixo foi reescrita de outro modo, conservando-se o sentido original; a frase em que a modificação traz alteração de sentido é:

- a) O delegado fora chamado ao telefone / O delegado tinha sido chamado ao telefone;
- b) O maquinário é utilizado para fabricar roupas / Usa-se maquinário na fabricação de roupas;
- c) O celular tem pouca vida útil / Descarrega-se o celular com rapidez;
- d) Barack Obama é admirado por empresários de todo o mundo / Empresários ao redor do globo admiram Barack Obama;
- e) Depois da ação, surge o resultado / O resultado é consequência da ação.

13. A frase em que se mostra adequada à norma culta é:

- a) O filme estreou há dois anos atrás;
- b) Ele simpatizou-se comigo desde o início;
- c) Não há atualização da portaria há pelo menos um ano;
- d) Desceu as escadas, sem obedecer a sinalização;
- e) Vou me filiar naquela associação que vi.

14. A frase em que o emprego do acento grave (crase) é justificado por razão diferente dos demais é:

- a) Vieste à comemoração sem me avisar?;
- b) Sempre que fomos à casa de minha avó, lá estava você;
- c) Entregue, por favor, o relatório à escritã;

- d) Não saberia dizer à qual você assiste mais;
- e) Daria este livro à distinta juíza.

15. Todas as frases abaixo sofreram a mesma alteração; a opção em que a mudança da frase traz um erro de conjugação verbal é:

- a) Quero a pontuação correta / Se você quiser, eu também quereirei;
- b) Confiro o automóvel autuado hoje / Se você conferir, eu também conferirei;
- c) Trazemos nossa documentação pela manhã / Se vocês trouxerem, eu também trarei;
- d) Faço minhas ordens como sempre / Se você fizer, eu também fareirei;
- e) Não confio mais nas fontes / Se você não seguir, eu também não seguirei.

16. A frase abaixo em que o conectivo como mostra valor de conformidade é:

- a) Agiu como perdedor;
- b) O pequeno escoteiro passou a ser admirado;
- c) Romário jogava como atacante;
- d) Não há como saber se o novo organograma funcionará;
- e) A prova não saiu como a aluna esperava.

17. “Mesmo havendo problemas na distribuição interna dos órgãos, a área de Segurança Pública em geral tem desempenhado com eficiência o combate ao crime organizado.

Mantendo-se o sentido original, a frase sublinhada pode ser adequadamente substituída por:

- a) Como há problemas na distribuição interna dos órgãos;
- b) Porque há problemas na distribuição interna dos órgãos;
- c) Já que há problemas na distribuição interna dos órgãos;
- d) Embora haja problemas na distribuição interna dos órgãos;
- e) Por haver problemas na distribuição interna dos órgãos.

18. "Somos a primeira geração adulta pós-ECA, o que nos dá segurança para falar sobre adoção de uma maneira institucionalizada", explica Alexandre Lucchese, autor do livro "Vida de Adotivo" que entrevistou 12 pessoas adotadas e, com elas, contou a respeito de suas experiências pessoais como filho por adoção.

A opção em que a afirmativa está correta é:

- a) em lugar de "pós-ECA" deveria estar "pós ECA";
- b) as aspas em "Vida de Adotivo" podem ser retiradas;
- c) o pronome "nós" deveria estar expresso no texto;
- d) o trecho "de uma maneira institucionalizada" poderia estar precedido de vírgulas;
- e) as vírgulas que intercalam "com elas" poderiam ser suprimidas.

19. "Infelizmente a narrativa dos filhos adotivos é muito incipiente no Brasil", destaca Fernanda Tuna. Ela faz parte de um novo movimento que lança luzes para as dores e as demandas de quem se tornou filho ou filha pela via da adoção. "Quando se trata do assunto, o discurso dominante é aquele enunciado pelos pais adotivos", destaca a ativista. O fenômeno só pode ser compreendido com os 31 anos de publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Somos a primeira geração adulta pós-ECA, o que nos dá segurança para falar sobre adoção de uma maneira institucionalizada", explica Alexandre Lucchese, autor do livro "Vida de Adotivo" que entrevistou 12 pessoas adotadas e, com elas, contou a respeito de suas experiências pessoais como filho por adoção.

A estratégia argumentativa apresentada no parágrafo acima é a de:

- a) exemplificar a problemática;
- b) trazer uma citação reconhecida pelo leitor;
- c) utilizar argumento de autoridade;
- d) fazer uso de uma linguagem erudita e rebuscada;
- e) utilizar digressões.

20. "Infelizmente a narrativa dos filhos adotivos é muito incipiente no Brasil", destaca Fernanda Tuna. Ela faz parte de um novo movimento que lança luzes para as dores e as demandas de quem se tornou filho ou filha pela via da adoção. "Quando se trata do assunto, o discurso dominante é aquele enunciado pelos pais adotivos", destaca a ativista. O fenômeno só pode ser compreendido com os 31 anos de publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Somos a primeira geração adulta pós-ECA, o que nos dá segurança para falar sobre adoção de uma maneira institucionalizada", explica Alexandre Lucchese, autor do livro "Vida de Adotivo" que entrevistou 12 pessoas adotadas e, com elas, contou a respeito de suas experiências pessoais como filho por adoção.

É correto afirmar que o termo em destaque no trecho acima, refere-se:

- a) aos 31 anos de publicação do ECA;
- b) à narrativa dos filhos adotivos;
- c) à narrativa dos pais adotivos;
- d) ao movimento recente daqueles que passaram por um processo de adoção;
- e) aos ativistas do mais recente movimento.

21.



Deduz-se dessa charge que:

- a) uma inverdade pode se tornar verdade a partir da perspectiva que é apresentada;
- b) não se sabe o que é verdade e o que é *fake news*;
- c) tudo pode ser provado com uma foto;
- d) não há como saber se o que foi dito é verdade, se não pela foto;
- e) o personagem acabou de ser vacinado, mas não queria.

22. O gênero “charge” é bastante utilizado no meio jornalístico. São característicos desse texto, EXCETO:

- a) criatividade ao abordar temas atuais;
- b) convergência entre linguagem verbal e não verbal;
- c) ponto de vista crítico do autor;
- d) exposição de opinião sobre determinado assunto;
- e) distanciamento do leitor por meio da linguagem.

23. “Grupo, cuidado! Drones estão vacinando o povo à força.”

Para que o trecho fique coerente em qualquer contexto, é necessária a seguinte modificação:

- a) suprimir a crase de “à força”;
- b) transpor a segunda oração para a voz passiva;
- c) substituir “estão” por “são”;
- d) suprimir a vírgula depois de “Grupo”;
- e) retirar “drones” do trecho.

24. “Há poucos meses o Major Valente perdeu a eleição só porque teve o atrevimento de dizer que ia arranjar a demissão do juiz municipal. Não arranjou a demissão, e por castigo tomou taboca.”. (Machado de Assis)

Um texto, em sua escritura, omite uma série de palavras; a opção em que o emprego de palavras ou informações omitidas (entre parênteses) estaria perfeitamente adequado ao texto é:

- a) (Major Valente) ia arranjar;
- b) demissão do juiz (ele);
- c) (o juiz) não arranjou a demissão;
- d) poucos meses (atrás);
- e) tomou taboca (dele).

25. Texto 3

Condições de trabalho é um conceito que se refere, ao mesmo tempo, à situação que precede à atividade dos sujeitos e a limita e como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem, em sua dinâmica de intersubjetivação. Os elementos que compõem esse último conceito, central para a análise referenciada no trabalho, são: (a) a atividade prescrita e adequada; (b) o objeto e a matéria sobre os quais o trabalhador opera; (c) os meios e os instrumentos que lhe servem de mediação; (d) as relações que ocorrem no coletivo de trabalhadores e com as hierarquias e (e) o mundo simbólico que aí é gerado, envolvendo as relações e a atividade técnica e se introduzindo na produção.

Do ponto de vista dos riscos e da segurança, entendemos que, se processo de trabalho constitui um *locus* privilegiado da realização humana, ele também produz (em escala específica referida às condições em que é exercido) desgaste físico e mental.

Nas frases abaixo (texto 3), houve a nominalização de estruturas verbais; a transformação da frase que NÃO foi feita de forma adequada é:

- a) situação que precede à atividade / situação precedente à atividade;
- b) sobre os quais os trabalhadores interferem / sobre interferência dos trabalhadores;
- c) elementos que compõem esse último conceito / elementos compostos por esse último conceito;
- d) as relações que ocorrem no coletivo / as relações ocorridas no coletivo;
- e) ele também produz / produção dele também.

26. “Condições de trabalho é um conceito que se refere, ao mesmo tempo, à situação que precede à atividade dos sujeitos e a limita e como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem, em sua dinâmica de intersubjetivação.”

A afirmação acima permite inferir que:

- a) “condições de trabalho” se limitam à atividade laboral;
- b) trabalhadores não se limitam às condições de trabalho;
- c) “condições de trabalho” é um conceito ainda não muito claro na área;
- d) “condições de trabalho” fazem parte da atividade laboral, mas também a antecedem;
- e) não se pode garantir a relação entre condições de trabalho e limitações ao processo laboral.

27. “Condições de trabalho é um conceito que se refere, ao mesmo tempo, à situação que precede à atividade dos sujeitos e a limita e como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem, em sua dinâmica de intersubjetivação.”

O mesmo processo de forma da palavra “intersubjetivação” ocorre em:

- a) Ele começou uma dieta hipercalórica na semana passada;
- b) O Planalto Central tem suas belezas peculiares;
- c) Preparei um local especial para o beija-flor;
- d) Vi-o ensinando o filho a não ser pão-duro;
- e) Tenho problemas em lidar com as infestações de pernilongos aqui.

28. “Os elementos que compõem esse último conceito, central para a análise referenciada no trabalho.”

Priorizando-se a coesão textual, é necessária a seguinte modificação:

- a) “compõem” deve ser substituído por “compõe”;
- b) “esse” deve ser substituído por “este”;
- c) a vírgula depois de “conceito” deve ser suprimida;
- d) a vírgula deve ser substituída por travessão;
- e) “no trabalho” deve ser substituído por “do trabalho”.

29. “Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144.”

Temos, no trecho acima da Constituição Federal, o emprego de dois números: inciso IV e artigo 51; a frase independente abaixo em que a grafia do algarismo arábico é INADEQUADA é:

- a) Desembarcaram 429 passagens no portão 20;
- b) Botafogo venceu de 1 X 0;
- c) O paciente viajou 300 quilômetros até o hospital mais próximo;
- d) 29 pessoas estavam esperando pela senha no cartório;
- e) O voo 747 está atrasado novamente.

30. “Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144.”

O texto acima é a citação de um trecho da Constituição de nosso país; no caso das leis, a linguagem a ser usada é a:

- a) artística, com rebuscamento;
- b) informal, de forma a facilitar o entendimento;
- c) artística, sem rebuscamento e prolixidade;
- d) informal, com termos técnicos e rebuscados;
- e) formal, sem rebuscamento ou prolixidade.

DREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

31. Um grupo passou a se organizar sob a forma de associação. No seu estatuto, é possível identificar claros propósitos de incitação à violência contra indivíduos pertencentes a determinadas minorias sociais. Diversas organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos humanos, bem como o Ministério Público, ajuizaram medidas judiciais solicitando a sua imediata dissolução.

Segundo a Constituição Federal, a respeito da hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

- a) A associação não poderá sofrer qualquer intervenção do Poder Judiciário, pois é vedada a interferência estatal no funcionamento das associações.
- b) Caso o pedido de dissolução seja acolhido, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida, independentemente do trânsito em julgado da sentença judicial.
- c) A associação poderá ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.
- d) Apenas se justificaria a intervenção estatal se caracterizada a natureza paramilitar da associação em comento.
- e) A associação poderá sofrer intervenção do Ministério Público, pois é a instituição competente para a defesa da coletividade.

32. A respeito do direito de propriedade, assinale a opção correta.

- a) Caso haja iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, ato que assegurará ao proprietário indenização prévia e em dinheiro.
- b) A pequena propriedade não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";
- d) A Constituição Federal garante aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros em caráter vitalício.
- e) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio vitalício para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

33. Os policiais civis, assim como toda e qualquer autoridade, devem obediência ao princípio da inviolabilidade de domicílio (Art. 5º, XI, da CRFB). Sob pena de violação a este princípio, os policiais civis não poderão ingressar:

- a) no interior do domicílio do suspeito, durante o período diurno, para cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão.
- b) no interior do domicílio do suspeito, no período noturno, havendo flagrante delito.
- c) em espaço comercial, com acesso franqueado ao público, que possua segurança privada.
- d) no domicílio do suspeito, durante o período diurno, para cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela autoridade policial competente.
- e) em escritório de contabilidade, durante o período diurno, portanto mandado judicial.

34. Maria, brasileira naturalizada, foi condenada criminalmente, através de sentença judicial transitada em julgado, tendo sido aplicada pena de multa e prestação social alternativa; ainda durante o cumprimento da sua pena, Maria decide voltar a trabalhar, mas para isso precisa colocar o seu filho, Henrique, que possui 3 anos de idade em uma creche. Maria então foi até a escola mais próxima da sua casa para matricular seu filho e foi informada que não há mais vagas disponíveis, indignada, Maria vai até a prefeitura municipal e é informada que não há vagas em nenhuma creche no município para a idade de seu filho.

À luz da sistemática constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) o direito pleiteado por um Maria é uma liberdade individual;
- b) Como Maria está com a sua cidadania suspensa, pela condenação criminal transitada em julgado, ela não poderá exigir o direito a vaga para seu filho.
- c) Maria possui direito a vaga na creche para o seu filho, tratando-se de direito social;
- d) Apesar de Maria ter direito a vaga na creche, pode o município invocar a reserva do possível, alegando que não possui condições financeiras para garantir a vaga.
- e) O direito a educação somente está ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

35. Miguel Ángel, nascido em Madelín, Colombia, naturalizou-se brasileiro no ano de 2003. Entretanto, no ano de 2016, foi condenado, na Colômbia, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, no território Colombiano, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2015, Miguel Ángel passou a residir no Brasil. Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição:

- a) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
- b) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.

- c) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
- d) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.
- e) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais em nenhuma hipótese.

36. Os direitos sociais constitucionais são normas de ordem pública, sendo invioláveis pela vontade individual.

Segundo o Art. 7º, da CRFB, que discorre sobre direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a afirmativa correta.

- a) Estabelece a proporcionalidade do piso salarial em relação à extensão e à complexidade do trabalho.
- b) Possibilita a redução do salário, por ato unilateral do empregador.
- c) admite, excepcionalmente, a atividade laboral do menor a partir dos quatorze anos, como desportista.
- d) Determina o valor do salário-família, pago em razão dos dependentes de qualquer faixa de renda.
- e) Equipara a remuneração do trabalho noturno à do diurno.

37. Tício pretende se candidatar a um cargo eletivo, assim:

- a) Para ser deputado estadual ou vereador, ele deverá ter nacionalidade brasileira e ter, no mínimo, 21 (vinte e um) anos de idade, dentre outros requisitos.
- b) A idade mínima para que Tício possa ser Presidente da República é de 35 (trinta e cinco) anos e, para ser senador, 30 (trinta) anos.
- c) Para Tício concorrer ao cargo de Senador deverá ter filiação partidária, domicílio eleitoral em qualquer município da federação e pleno exercício de seus direitos políticos.
- d) Caso possua 21 (vinte e um) anos, Tício poderá concorrer apenas ao cargo de Prefeito municipal.
- e) Caso Tício seja analfabeto, não poderá candidatar-se a mandato eletivo algum, mas poderá votar, caso assim deseje.

38. Mariano, governador do estado do Rio de Janeiro, casa-se com Letícia, deputada federal eleita pelo estado do Paraná, a qual já possuía uma filha chamada Jacira, advinda de outro relacionamento pretérito. Na vigência do vínculo conjugal, enquanto Mariano e Letícia estão no exercício de seus mandatos, Jacira manifesta interesse em também ingressar na vida política, candidatando-se ao cargo de deputada estadual, cujas eleições estão marcadas para o mesmo ano em que completa 23 (vinte e três) anos de idade.

A partir das informações fornecidas e com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Jacira preenche a idade mínima para concorrer ao cargo de deputada estadual, mas não poderá concorrer no estado do Rio de Janeiro, por expressa vedação constitucional, enquanto durar o mandato de Mariano.
- b) Uma vez que Jacira está ligada a Juliano, seu padrasto, por laços de mera afinidade, inexistente vedação constitucional para que concorra ao cargo de deputada estadual no estado do Rio de Janeiro.
- c) Jacira não poderá concorrer por não ter atingido a idade mínima exigida pela Constituição como condição de elegibilidade para o exercício do mandato de deputada estadual.
- d) Jacira não poderá concorrer ao mandato eletivo apenas no Paraná onde sua mãe é deputada Federal;
- e) Jacira não poderá concorrer nos estados do Rio de Janeiro e do Paraná, uma vez que a Constituição dispõe sobre a inelegibilidade reflexa ou indireta para os parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau nos territórios de jurisdição dos titulares de mandato eletivo.

39. O partido político Alfa pretendendo organizar-se para as próximas eleições solicita informações a sua assessoria jurídica sobre o tratamento constitucional dispensado aos partidos, o partido Alfa foi corretamente informado que:

- a) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um quinto das unidades da Federação.

- b) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar, salvo em hipóteses previstas em lei especial.
- c) É permitido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.
- d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias; assegurada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária
- e) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

40. Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- a) O Chefe de Governo tem um papel representativo que excede a própria população e personifica os ideais e longevidade do Estado, especialmente em um plano internacional.
- b) O Chefe de Estado cabe a liderança e a formulação de políticas públicas, econômicas e sociais.
- c) No presidencialismo o Chefe de Governo também é o chefe do legislativo.
- d) A CF estabelece atribuições ao Presidente tanto na condição de chefe de estado, tanto como chefe de governo.
- e) Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

41. São formas de governo:

- a) Totalitarismo e democracia.
- b) Estado federal e Estado unitário.
- c) Presidencialismo e Parlamentarismo.
- d) Monarquia e República.
- e) Estado liberal e Estado social.

42. Joana, policial civil, foi comunicada pelo sindicato da categoria que seriam iniciadas as negociações coletivas de trabalho e era obrigatória a participação do sindicato. Por tal razão, era igualmente obrigatória a filiação de todos os servidores ao sindicato, de modo que a categoria não fosse sub-representada em seus interesses. A narrativa afigura-se:

- a) incorreta em relação a Joana, pois a filiação é facultativa, e correta quanto ao sindicato, pois a sua participação é imposta pela Constituição;
- b) correta em relação a Joana, por força do princípio da solidariedade social, e incorreta quanto ao sindicato, por ferir o princípio da liberdade de gestão;
- c) correta em relação a Joana, já que a filiação dos servidores da área de segurança pública é obrigatória, e incorreta quanto ao sindicato, que tem autonomia gerencial;
- d) incorreta em relação a Joana, pois os servidores da área de segurança pública não podem filiar-se a sindicato, e correta quanto ao sindicato, desde que haja determinação judicial;
- e) incorreta em relação a Joana, que somente pode ser obrigada a exercer cargo de direção no sindicato, não a sindicalizar-se, e correta quanto ao sindicato, que defende a categoria.

43. Ronaldo, internado em um hospital público para tratamento de saúde, solicita a presença de um pastor para lhe conceder assistência religiosa. O pedido, porém, é negado pela direção do hospital, sob a alegação de que, por se tratar de instituição pública, a assistência não seria possível em face da laicidade do Estado. Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) a negativa emanada pelo hospital foi correta, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988, ao consagrar a laicidade do Estado brasileiro, rejeita a expressão religiosa em espaços públicos.
- b) a direção do hospital não tem razão, pois, embora a Constituição Federal de 1988 reconheça a laicidade do Estado, a assistência religiosa é um direito garantido pela mesma ordem constitucional.
- c) a correção ou incorreção da negativa da direção do hospital depende de sua consonância, ou não, com o regulamento da própria instituição, já que se está perante direito disponível.
- d) a decisão sobre a possibilidade, ou não, de haver assistência religiosa em entidades públicas de saúde depende exclusivamente de comando normativo legal, já que a temática não é de estatura constitucional.
- e) a direção do hospital tem razão, pois, a Constituição Federal de 1988 reconhece essa restrição, visto que é um estado laico.

44. O Prefeito de um município carioca solicitou à sua assessoria que priorizasse, na proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro, as áreas de atuação afetas à seguridade social.

A assessoria, corretamente, priorizou as áreas de:

- a) saúde, educação, previdência social, segurança pública e assistência social;
- b) saúde, educação, segurança pública e assistência social;
- c) saúde, educação, previdência social e segurança pública;
- d) saúde, previdência social e assistência social;
- e) segurança pública.

45. Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

- a) A execução das atividades inerentes à defesa civil, assim como das de preservação da ordem pública, cabe, precipuamente, às polícias militares.
- b) A repressão do crime de tráfico de entorpecentes que tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme é atribuição das polícias estaduais.
- c) A segurança pública tem como finalidades precípua preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- d) O exercício do direito de greve por policiais civis somente é aceito pela CF quando comprovadamente não houver prejuízo para a segurança pública.
- e) Incumbem às polícias civis a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais contra a ordem política e social, excetuadas as infrações de natureza militar

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

46. Acerca do regime jurídico aplicável às empresas estatais, assinale a alternativa incorreta.

- a) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica respondem de forma subjetiva pelos danos causados pelos seus agentes.
- b) Os empregados públicos das empresas públicas são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) Os servidores das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica estão submetidos à vedação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
- d) As empresas públicas submetem-se ao controle administrativo denominado supervisão ministerial ou secretarial.
- e) Na criação das empresas estatais pode ser adotada qualquer modalidade societária existente em Direito.

47. De acordo com as regras acerca da organização da Administração Pública, a pessoa jurídica que, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, com o objetivo de explorar atividades econômicas, representa

- a) uma autarquia.
- b) um órgão público.
- c) uma empresa pública.
- d) uma sociedade de economia mista.
- e) uma fundação pública.

48. Considerando as regras que regem a organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

- a) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa jurídica, caso em que inexistente hierarquia ou subordinação.
- b) é pautada por uma relação de subordinação.
- c) pode ocorrer por meio da transferência de competências para pessoas da Administração indireta, situação sujeita ao princípio da reserva legal.
- d) sempre será realizada mediante lei ou contrato administrativo.
- e) por delegação transfere a execução e titularidade de um determinado serviço público.

49. Levando em consideração as regras constitucionais aplicáveis à acumulação remunerada de cargos públicos, considere os seguintes itens.

I – É admitida como regra geral, desde que exista compatibilidade de horários.

II - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, abrangendo, também, as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

III - Em caso de acumulação lícita, o teto remuneratório será calculado sobre cada cargo isoladamente.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

50. De acordo com as disposições constitucionais que tratam dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, inclusive na hipótese de servidores policiais.
- b) É possível a vinculação de determinadas espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- c) Os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros, mediante prévia aprovação em concurso público.
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- e) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

51. A atribuição que a Administração Pública possui para rever os atos praticados por seus subordinados, anulando-os se ilegais, ou revogando-os se forem inconvenientes ou inoportunos, derivam do poder

- a) de polícia.
- b) hierárquico.
- c) disciplinar.
- d) regulamentar.
- e) revisor.

52. Considerando as regras relativas à polícia judiciária e à polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Enquanto a polícia judiciária é predominantemente repressiva, a polícia administrativa é eminentemente preventiva.
- b) Ambas as polícias podem ser exercidas pelos órgãos de segurança pública.
- c) A polícia administrativa pode incidir sobre bens, atividades, direitos e sobre o próprio indivíduo, com o intuito de proteger o interesse coletivo.
- d) A condenação de um acusado em um processo criminal reflete o exercício da polícia judiciária.
- e) Dado o atributo da autoexecutoriedade, todos os atos emanados do poder de polícia administrativa podem ser executados independente de intervenção judicial.

53. Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.
- b) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.
- c) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.
- d) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- e) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.

54. O atributo do ato administrativo que permite a sua execução de forma direta e imediata pela administração, independentemente de ordem judicial denomina-se:

- a) Tipicidade.
- b) Legalidade.
- c) Imperatividade.
- d) Autoexecutoriedade.
- e) Autotutela.

55. O Estado, em caso de negligência, tem responsabilidade pelos danos oriundos em caso de falha na prestação dos serviços públicos, como a má conservação de uma via pública, por exemplo. Tal afirmativa é referente à teoria

- a) civilista.
- b) do risco integral.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) da culpa administrativa.

56. Acerca do controle da Administração Pública, analise os seguintes itens como Verdadeiro (V) ou falso (F), assinalando a sequência correta.

- () É admissível o controle judicial de atos discricionários praticados pelo Poder Executivo.
- () As hipóteses em que o Poder Legislativo pode realizar o controle dos atos do Poder Executivo devem estar expressamente previstas no texto constitucional, não podendo esse rol ser ampliado por legislação infraconstitucional.
- () O controle administrativo permite que o Poder Judiciário faça a revisão dos atos praticados pela Administração Pública, quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
- () O controle interno, que pode ser realizado de ofício ou mediante requerimento, restringe-se à análise de legalidade dos atos administrativos, anulando-os, em caso de constatação de vícios insanáveis.

- a) V - V - V - V.
- b) V - F - F - V.
- c) F - V - V - F.

- d) V - V - F - F.
- e) F - F - V - F

57. Acerca do tema Licitações Públicas, o princípio que determina que, uma vez concluída a licitação, a Administração não poderá atribuir o objeto da licitação a outrem que não seja o vencedor do certame é o princípio

- a) da competitividade.
- b) da vinculação ao instrumento convocatório.
- c) da adjudicação compulsória.
- d) do direito adquirido.
- e) da contratação obrigatória com o vencedor.

58. Nos termos do Decreto Estadual 3.044/80, que trata dos policiais do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa que elenca uma transgressão disciplinar classificada como de natureza grave.

- a) praticar usura em qualquer de suas formas.
- b) falta de assiduidade ou impontualidade habituais.
- c) deixar, sem justa causa, de submeter-se à inspeção médica determinada em lei ou por autoridade competente.
- d) valer-se do cargo com o fim ostensivo ou velado de obter proveito de natureza político partidária, para si ou para outrem.
- e) coagir ou aliciar subordinados com objetivos político-partidários.

59. Considerando as disposições do Decreto nº 3.044 de 22 de janeiro de 1980, que trata estatuto dos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, considere os próximos itens.

I - Um dos requisitos para o ingresso nos cargos de provimento efetivo é possuir aptidão física e psíquica para o exercício da função policial, apurada por profissionais capacitados.

II - A função policial, fundada na hierarquia e na disciplina, é incompatível com qualquer outra atividade, salvo as exceções previstas em lei.

III - O ingresso nos cargos de provimento efetivo exige, dentre outros requisitos, a nacionalidade brasileira originária.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I.

60. Considerando as disposições do Decreto nº 3.044 de 22 de janeiro de 1980, que trata estatuto dos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe ao policial a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar, podendo ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b) A pena de suspensão será de, no máximo, sessenta dias, implicando em perda total dos vencimentos do período.
- c) Prescrevem em cinco anos, as faltas sujeitas às penas de demissão, suspensão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- d) Na apuração das penas disciplinares serão considerados não serão considerados fatores como a boa conduta funcional ou a má conduta funcional.
- e) A pena de advertência será aplicada apenas por escrito, nos casos de falta leve

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

61. Em outubro de 2019, Carlos iniciou a execução de um grande crime de extorsão mediante sequestro, sendo que a restrição da liberdade da vítima durou mais de 60 (sessenta) dias. Ocorre que, no mês de novembro de 2019, quando o delito já estava consumado, entrou em vigor lei penal que aumentou a pena do crime de extorsão mediante sequestro. A vítima apenas conseguiu sua liberdade no dia de Natal do ano de 2019, mesma data em que houve obtenção da vantagem financeira pelo autor do fato, tendo ela comparecido em janeiro de 2020 ao Ministério Público para narrar o ocorrido. Oferecida denúncia em face de Carlos pela prática do crime de extorsão mediante sequestro e confirmada a autoria em instrução probatória, o promotor de justiça poderá requerer a condenação de Carlos com base na:

- a) lei em vigor em outubro de 2019, momento em que foi consumado o crime imputado, aplicando-se ao Direito Penal o princípio do tempus regit actum;
- b) lei em vigor no momento da apresentação das alegações finais, ainda que mais gravosa, aplicando-se ao Direito Penal o princípio do tempus regit actum;
- c) lei em vigor em outubro de 2019, por ser aplicável ao Direito Penal o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa;
- d) inovação legislativa, pois o crime imputado somente restou consumado no dia da obtenção da vantagem indevida;
- e) inovação legislativa, ainda que mais gravosa, em razão da natureza do crime imputado

62. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território do Uruguai, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, argentino residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

63. No dia 3 de junho de 2019, Vitor, revoltado com a intenção de sua companheira Rosa de terminar o relacionamento, faz um grande buraco no quintal da residência e surpreende sua companheira com um forte golpe de pá na sua cabeça. Em seguida, apesar de saber que aquele golpe não seria suficiente para causar a morte de Rosa, a joga no interior do buraco, com a intenção de persistir nos golpes, causar sua morte e, em seguida, esconder o corpo. Ocorre que Rosa começa a chorar e implora para que Vitor pense na filha do casal. Vitor, então, cessa sua conduta, ajuda Rosa a sair do buraco e permite que ela vá se limpar, ocasião em que a vítima pula pela janela do banheiro e informa os fatos a policiais militares que passavam pela localidade. É constatada a existência de lesões de natureza leve na vítima. Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Vitor configura:

- a) tentativa de homicídio qualificado por ser contra a mulher, por condição do sexo feminino;
- b) lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão do arrependimento eficaz;

- c) lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão da desistência voluntária;
- d) fato atípico, em razão do arrependimento eficaz;
- e) fato atípico, em razão da desistência voluntária

64. Pretendendo matar seus dois irmãos Mévio e Caio e, com isso, garantir-se como único herdeiro de seus ricos pais, Tício se aproveita do fato de Mévio e Caio estarem enfileirados e efetua um único disparo de fuzil em direção a estes, sabendo que, pelo potencial lesivo do material bélico, aquele único tiro seria suficiente para causar a morte dos dois colaterais, o que efetivamente ocorre. Descobertos os fatos, caberá ao Promotor de Justiça oferecer denúncia contra Tício pela prática de dois crimes de homicídio qualificado em

- a) concurso material, diante dos dois resultados mortes, devendo as penas serem somadas;
- b) concurso formal próprio, devendo a pena de um deles (mais grave) ser aumentada;
- c) concurso formal impróprio, devendo a pena de um deles (a mais grave) ser aumentada;
- d) concurso formal impróprio, devendo as penas serem somadas;
- e) Continuidade delitiva, devendo a pena de um deles (a mais grave) ser aumentada.

65. Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

- a) lesão corporal seguida de morte;
- b) lesão corporal qualificada pelo aborto;
- c) aborto na modalidade dolo eventual, apenas;
- d) aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida;
- e) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

66. Referente aos crimes contra o patrimônio do Código Penal, assinale a alternativa correta

- a) A extorsão mediante sequestro é um crime permanente.
- b) O agente que arromba a porta do veículo e o furta responde por furto qualificado.
- c) O agente que arromba a porta do veículo e furta um celular que estava em seu interior responde por furto simples.
- d) A extorsão se consuma no momento da obtenção da vantagem.
- e) O crime de estelionato tem como tipo de ação penal a ação penal pública incondicionada.

67. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- a) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- b) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- c) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- d) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- e) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

68. No dia 20/04/2021, Joana, primária e de bons antecedentes, quando se encontrava no interior de uma pequena loja na rua de sua residência, acreditando não estar sendo observada, subtraiu uma caixa de maquiagem avaliada em R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e um batom, avaliado em R\$ 50,00 (cinquenta reais), escondendo-os em sua bolsa, totalizando os bens subtraídos o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Ocorre que sua conduta foi flagrada por um empregado do setor de monitoramento de câmeras de segurança do estabelecimento comercial, sendo presa quando, no estacionamento, entrava em seu carro. Considerando exclusivamente o fato narrado, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Joana

- a) praticou dois crimes de furto em continuidade delitiva, em razão da subtração de dois bens do mesmo estabelecimento.
- b) não praticou fato típico, por força do princípio da insignificância, incidente na hipótese.
- c) não praticou fato típico, por se tratar de crime impossível, em razão de estar sendo monitorada por câmeras de segurança.
- d) praticou um crime de furto, devendo ser reconhecida a sua forma privilegiada.
- e) praticou dois crimes de furto tentados, sem prejuízo da incidência da forma privilegiada dos delitos.

69. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, observada a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) O crime de estupro simples não configura crime hediondo.
- b) O crime de estupro somente se consuma com a conjunção carnal.
- c) Somente poderá responder pelo crime de estupro aquele que tenha praticado a conduta descrita no tipo penal respectivo.
- d) A experiência sexual anterior da vítima menor de 14 anos é suficiente para afastar o crime de estupro de vulnerável.
- e) A impossibilidade de resistência da vítima, ainda que momentânea e não decorrente de doença mental, poderá justificar a imputação da mesma pena do crime de estupro de vulnerável.

70. Durante uma fiscalização de rotina in loco de um determinado estabelecimento comercial, dois fiscais solicitam ao comerciante a documentação pertinente. O comerciante exhibe os documentos aos fiscais e estes constata a ocorrência de irregularidades que os obrigariam a autuar o estabelecimento. Os fiscais comunicam ao comerciante que ele será autuado, momento em que este oferece a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para que eles deixassem de fazer a autuação. Os fiscais responderam que estariam de acordo mediante o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O comerciante afirma que não tem essa quantia e os fiscais realizam a autuação na forma da lei. Diante da narrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) O comerciante e os fiscais não cometeram nenhum crime, pois não foi efetivado o pagamento de dinheiro e o estabelecimento foi regularmente autuado.
- b) O comerciante cometeu o crime de corrupção e os fiscais cometeram o crime de concussão, todos na modalidade tentada.
- c) O comerciante cometeu o crime de corrupção ativa na modalidade tentada e os fiscais não cometeram nenhum crime.
- d) O comerciante cometeu o crime de corrupção ativa e os fiscais cometeram o crime de corrupção passiva.
- e) O comerciante cometeu o crime de corrupção e os fiscais cometeram o crime de prevaricação.

71. Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto. Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:

- a) o crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato;
- b) o crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima

inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo;

- c) a retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei nº 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia;
- d) a pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei nº 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos;
- e) os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena aplicada, não admitem suspensão condicional da pena.

72. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

73. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão no local de trabalho de João, que era um estabelecimento comercial de sua propriedade e de sociedade em que figurava como administrador e principal sócio, foram apreendidas duas armas de fogo, de calibre permitido, com numeração aparente, devidamente municionadas. João esclareceu que tinha as armas para defesa pessoal, apesar de não possuir autorização e nem registro das mesmas. Diante disso, foi denunciado pela prática de dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei nº 10.826/03), em concurso material. No momento de aplicar a sentença, o juiz deverá reconhecer que:

- a) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso material;
- b) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso formal;
- c) ocorreram dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido em concurso formal;
- d) ocorreu crime único de porte de arma de fogo de uso permitido, afastando-se o concurso de delitos;
- e) ocorreu crime único de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12, Lei nº 10.826/03), afastando-se o concurso de delitos.

74. Em inovação legislativa, a Lei nº 11.343/06, em seu art. 33, §4º, trouxe a figura do tráfico privilegiado, em especial para mitigar a severa punição do tráfico de drogas para o chamado “traficante de primeira viagem”. Sobre as previsões da Lei nº 11.343/06 sobre o tema e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto armar que:

- a) a condenação por tráfico, ainda que privilegiado e com pena inferior a 4 anos, não permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;
- b) o benefício do tráfico privilegiado poderá ser aplicado ainda que o agente seja, também, condenado pelo crime de associação para o tráfico;
- c) a quantidade de drogas poderá ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas não a natureza do material apreendido;
- d) o regime inicial de cumprimento de pena, diante do tráfico privilegiado, deverá ser necessariamente o fechado;
- e) o tráfico privilegiado poderá ser reconhecido mesmo diante da figura do tráfico majorado.

75. Quanto aos crimes de tortura, correto afirmar que

- a) punível aquele que se omite em face da tortura, ainda que sem o dever legal de evitá-la ou apurá-la.
- b) todos são classificados como próprios, segundo expressa disposição legal.
- c) o condenado sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- d) sujeito à jurisdição penal brasileira o estrangeiro que venha a torturar brasileiro fora do território nacional.
- e) a condenação acarretará a interdição de cargo, função ou emprego público pelo triplo do prazo da pena aplicada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

76. Carla se dirigiu até a Delegacia de Polícia para noticiar que havia ocorrido um furto em sua residência, mas que não sabia quem era o autor do crime. Após o prazo de 150 dias de investigação e adotadas todas as diligências cabíveis, a autoridade policial não conseguiu identificar a autoria delitiva, verificando a inexistência de justa causa para o oferecimento da denúncia. Considerando as informações narradas, diante da conclusão da autoridade policial, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público poderá promover o arquivamento do inquérito policial, mas deverá ser submetido à homologação do juiz, que, discordando, encaminhará os autos ao Procurador Geral de Justiça para decisão.
- b) Caso a vítima ou seu representante legal, discordem do arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 15 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do Ministério Público.
- c) O próprio Delegado de Polícia poderá arquivar diretamente o inquérito policial, mas o promotor de justiça, discordando, poderá oferecer denúncia, diante da dispensabilidade característica dos procedimentos investigatórios.
- d) O Ministério Público poderá promover o arquivamento do inquérito policial, que dependerá de homologação do magistrado, que, discordando, deve encaminhar os autos a outro promotor de justiça para imediato oferecimento de denúncia.
- e) O próprio Delegado de Polícia a própria autoridade policial poderá arquivar diretamente o inquérito policial, cabendo ao promotor de justiça, em caso de discordância, submeter a questão à decisão final da chefia da Polícia Civil.

77. No que tange aos Sistemas Processuais Penais, assinale a opção correta.

- I. O sistema inquisitório é caracterizado pela presença de partes distintas, contrapondo-se acusação e defesa em igualdade de condições, em e a ambas se sobrepondo um juiz, de maneira equidistante e imparcial.
 - II. No sistema acusatório não há separação das funções de acusar, defender e julgar, que estão concentradas em uma só pessoa, que assume as vestes de um juiz.
 - III. O sistema processual misto ou francês é a fusão dos sistemas inquisitório e acusatório e é abrangido por duas fases processuais distintas: a primeira, inquisitória, enquanto a segunda, acusatória.
- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas o item II está correto.
 - c) Apenas o item III está correto.
 - d) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.

78. Consoante a Lei nº 9.099/1995, em relação aos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- a) Nas infrações que deixarem vestígios, prescinde do exame do corpo de delito, quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- b) Quando a autoridade policial tomar conhecimento da ocorrência, deverá lavrar o termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente a Delegacia de Polícia, com autor do fato e a vítima, devendo providenciar as requisições dos exames periciais necessários.
- c) O termo circunstanciado será lavrado pelo Delegado de Polícia ou seus agentes, dependendo de quem primeiro tomar conhecimento da ocorrência.
- d) A transação penal não será admitida se ficar comprovado ter sido o autor da infração, pela prática de crime ou contravenção penal, à pena privativa de liberdade, por sentença transitada em julgado.
- e) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, incabível, no entanto, a prática em outras comarcas.

79. Em relação a cadeia de custódia, no Código de Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- b) O acondicionamento é o ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse.
- c) Após a realização da perícia, o material deverá ser encaminhado à Delegacia de Polícia, devendo nela permanecer.
- d) A cadeia de custódia terá início com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- e) Será considerado cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o armazenamento.

80. Ferdinando foi preso em flagrante e indiciado pela prática do crime de lesão corporal no âmbito de violência doméstica (art. 129, §9º, CP, pena – detenção, de três meses a três anos) contra sua esposa. Importante consignar que Ferdinando estava se aproximando da vítima, em descumprimento à medida protetiva anteriormente fixada. O auto de prisão em flagrante foi encaminhado para os órgãos competentes, sendo determinada a realização, de imediato, da audiência de custódia. Foi acostada a Folha de Antecedentes Criminais, onde constava que Ferdinando havia sido condenado definitivamente pelo delito de incêndio culposo (art. 250, §2º CP), a um ano de detenção. A vítima solicitou a decretação de medidas protetivas de urgência. Considerando as informações narradas, caso o juiz decida por decretar a prisão preventiva de Ferdinando, esta prisão será:

- a) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos devendo a prisão ser revogada.

- b) legal, diante da condenação em definitiva por crime culposo.
- c) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos e Ferdinando não foi condenado por outro crime doloso, devendo a prisão ser relaxada.
- d) legal, cabendo decretação da prisão preventiva, tendo em vista que o crime envolve violência doméstica e familiar contra mulher, mesmo diante da pena em abstrato inferior a 4 (quatro) anos e Ferdinando não ter sido condenado por outro crime doloso.
- e) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 anos e não possui condenação definitiva por outro crime doloso, sendo indiferente se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.

81. Tício, funcionário público da Polícia Civil, foi denunciado pela suposta praticado crime de corrupção ativa (art. 317 do Código Penal), que é um crime funcional e, diante disso, deve seguir o procedimento especial para os crimes de responsabilidade praticados por funcionários públicos. Com relação a esse procedimento, é correto afirmar que:

- a) nas ações penais, precedidas de inquérito policial, nos casos de crimes funcionais, não há necessidade de o juiz notificar o réu para responder por escrito.
- b) o procedimento especial será aplicável aos crimes, afiançáveis e inafiançáveis, praticados por funcionário público contra a Administração.
- c) o juiz rejeitará a queixa ou denúncia, caso esteja convencido, por meio da defesa do acusado ou do seu defensor, de que não existiu crime ou da improcedência da ação, não necessitando fundamentar sua decisão.
- d) Recebida a denúncia ou a queixa, será o acusado citado, na forma estabelecida no regimento interno do tribunal originário para o julgamento.
- e) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, não lhe será nomeado defensor, além de ser considerado rever e presumir como verdadeiras as alegações da denúncia ou queixa.

82. Em relação a Lei nº 7.960/1986, assina a alternativa que contém um crime que NÃO caberá prisão temporária.

- a) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).
- b) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal).
- c) a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º, do Código Penal).
- d) extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º, do Código Penal).
- e) furto qualificado (art. 155, § 4º, incisos I, II, III e V, do Código Penal).

83. Luigi, Oficial de Justiça, precisa realizar a citação de Bento, que está preso privativamente, e de Juca, que não foi localizado para a citação. Realizadas várias diligências, não foi possível localizar Juca, apenas o endereço de seus familiares, sendo certificado que este se encontrava em local incerto e não sabido. Considerando as informações narradas, de acordo com o Código de Processo Penal e com o Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Bento deverá ser citado por intermédio do diretor do estabelecimento penitenciário; e Juca deverá ser citado por hora certa, mas, para isso, é necessário que José diligencie três vezes no endereço de seus familiares e haverá a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.
- b) Bento deverá ser citado por intermédio do diretor do estabelecimento penitenciário; e Juca deverá ser citado por edital, e, caso haja a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, não poderá o juiz determinar a produção antecipada de provas, tendo em vista que se presume que o denunciado não tenha conhecimento da acusação;
- c) Bento deverá ser citado pessoalmente por Luigi; e Juca deverá ser citado por hora certa, não havendo suspensão do processo e do curso prazo prescricional, caso o acusado não compareça aos autos.
- d) Bento deverá ser citado pessoalmente por Luigi; e Juca deverá ser citado por edital, e, caso haja suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, o período de suspensão desse prazo será regulado pelo máximo da pena cominada.

e) Bento deverá ser citado por intermédio do diretor do estabelecimento penitenciário; e não será possível efetuar a citação de Juca, devendo apenas notificar a família e suspender o processo e o curso do prazo prescricional até ele compareça aos autos.

84. João foi preso em flagrante por supostamente ter praticado crimes conexos de homicídio qualificado (pena: reclusão, de 12 a 30 anos), ocultação de cadáver (pena: reclusão, de 1 a 3 anos, e multa) e dois delitos de furto qualificado com emprego de chave falsa (pena: reclusão, de 2 a 8 anos, e multa). De acordo com as apurações feitas pelas autoridades policiais, na cidade de São Paulo, João, mediante emprego de chave falsa, ingressou em três residência e subtraiu bens, sem emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. Posteriormente, já em posse dos bens, João se escondeu dentro de um caminhão, que estava a caminho da cidade de Osasco. Ao chegar em Osasco, João foi reconhecido por uma das vítimas, momento em que se iniciou uma discussão. Durante a discussão, João desferiu um golpe de faca na cabeça da vítima, com intenção de matá-la, ocasionando sua morte. Logo depois, temendo pelas consequências de seus atos, João enterrou o corpo da vítima em Barueri, evadindo-se, em seguida, para se esconder em sua residência, localizada em São Bernardo do Campo. Após alguns dias, o autor dos fatos foi localizado e preso em flagrante por policiais, em Mogi das Cruzes, antes de chegar em sua residência. Com base apenas as informações narradas, a comarca que será competente para o processo e julgamento do feito:

- a) São Paulo.
- b) Osasco.
- c) Barueri.
- d) São Bernardo do Campo
- e) Mogi das Cruzes

85. Acerca de provas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.
- b) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- c) A autópsia será feita pelo menos oito horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- d) Não sendo possível a realização do exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir a sua falta.
- e) A autoridade e as partes poderão formular quesitos até o ato da diligência.

86. Policiais compareceram a residência de Bob para cumprirem o mandado de busca e apreensão, com a finalidade de apreenderem documentos referentes a investigação de crimes contra a ordem tributária. Durante as diligências, os policiais não lograram êxito em localizar os documentos, contudo, localizaram um contrato de locação de outro endereço em nome de Bob. Em razão disso, os policiais se dirigiram ao referido endereço, e, após baterem palmas e não serem atendidos, arrombaram a porta da residência, na presença de um vizinho. Ao efetuarem as buscas, foram encontrados diversos documentos que comprovavam o envolvimento de Bob no crime investigado. Diante das informações apresentada e do ordenamento pátrio, é correto afirmar que:

- a) a prova obtida deverá ser considerada válida, tendo em vista que a residência também se encontra em nome do investigado.
- b) a prova obtida deverá ser considerada nula, em razão de ser indispensável a presença do morador para o cumprimento da busca e apreensão.
- c) a prova obtida deverá ser considerada válida, pois se trata de encontro fortuito de provas.
- d) a prova obtida deverá ser considerada nula, pois, ante a ausência do morador, era indispensável a

presença de duas pessoas para que o local fosse arrombado.

- e) a prova obtida deverá ser considerada nula, tendo em vista que o endereço onde foi localizado os documentos, não constavam no mandado de busca e apreensão.

87. Certo dia, Patrick estava caminhando na rua, quando percebeu que Sandy deixou sua carteira cair no chão. Em razão disso, Patrick resolveu furtar o objeto, aproveitado que Sandy estava distraída no celular. Contudo, logo em seguida, Sandy percebeu que sua carteira havia sumido, e ao olhar em direção de Patrick, este saiu correndo, fazendo presumir que ele era o autor da infração. Diante disso, Sandy passou a persegui-lo, na tentativa de reaver o objeto furtado. Nessa situação, eventual captura de Patrick, por Sandy, será considerada como hipótese de flagrante:

- a) Próprio.
- b) Impróprio.
- c) Presumido.
- d) Ilegal.
- e) Preparado.

88. Assinale a alternativa correta a respeito das medidas cautelares previstas no processo penal.

- a) As medidas cautelares poderão ser aplicadas apenas de forma isolada.
- b) As medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a somente adequação da medida à gravidade do crime.
- c) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício, ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- d) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá decretar, imediatamente, a prisão preventiva.

89. Respeito das garantias constitucionais do processo penal, assinale a assertiva correta.

I - O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada apenas de advogado.

II - O preso tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial, não sendo possível fornecer-lo a identificação dos responsáveis por sua prisão.

III - A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) O item II e III estão corretos.
- d) todos os itens estão corretos.
- e) todos os itens estão incorretos.

90. No que tange as causas de impedimento e suspeição do juiz, é correto afirmar que:

- a) O juiz será considerado suspeito, se ele próprio houver servido como testemunha.
- b) Se o juiz for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, será considerado impedido de exercer a jurisdição no processo.
- c) O juiz será suspeito, se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- d) Ocorrerá impedimento, se o juiz for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- e) O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, ainda que sobrevivendo descendentes.

INFORMÁTICA

Emanuelle Gouveia

91. A memória utilizada para minimizar a diferença de velocidade entre o processador e a memória principal é:

- a) cache
- b) RAM.
- c) Secundária.
- d) Virtual.
- e) ROM.

92. Em uma rede verificou-se a necessidade de trocar um aparelho de conexão que estava enviando as mensagens para todas as portas por outro que envie apenas para a porta de destino.

Para isso, deve usar um:

- a) hub.
- b) switch.
- c) roteador.
- d) repetidor.
- e) ponte.

93. Nos navegadores é comum a solicitação de armazenamento de senha ou até mesmo a realização de conexão automática, porém, por questões de segurança, nem sempre esse recurso deve estar ativado.

No Chrome, operando no Windows 10, esses ajustes devem ser feitos:

- a) nas configurações do navegador;
- b) nas configurações do Windows;
- c) nos próprios sites e páginas que são acessados;
- d) por meio da edição dos cookies;
- e) por meio do Firewall do Windows.

94. Nas redes de computadores existe um servidor importante para a facilitação do uso da rede para os usuários, o servidor DNS. Sua função é:

- a) ajudar a indicar a localização de uma máquina;
- b) rastrear a origem de e-mails;
- c) traduzir nomes de domínio em endereços IP;
- d) gerenciar o uso de roteadores;
- e) garantir o funcionamento dos servidores https.

95. No Word, ao clicarmos duas vezes sobre uma palavra iremos:

- a) selecionar todo o parágrafo.
- b) selecionar a palavra.
- c) posicionar o cursor no local clicado.
- d) selecionar a linha.
- e) *essa ação não realiza nenhuma operação.*

96. Uma planilha no Excel tem os valores $A1 = 10$; $b1 = 20$, $c1 = 30$; $a2 = 15$; $b2 = 5$;

O valor obtido na célula C3, após esta ser preenchida com a fórmula $=SE(B1>10;C2/2;A1/10)$, será:

- a) 5
- b) 4
- c) 3
- d) 2
- e) 1

97 A firewall é um dispositivo de segurança em uma rede, cuja função é:

- a) servir como um mecanismo de autenticação;
- b) validar a autoria de uma ação realizada na rede;
- c) bloquear mensagens de spam na rede;
- d) servir como antivírus e anti-spyware;
- e) controle fluxo de mensagens, garantindo as entradas e saídas da rede.

98. O registro de solicitação de Certificados Eletrônicos, no Brasil, é feito por:

- a) por autoridades certificadoras;
- b) pelo ICP;
- c) pelo Governo Federal;
- d) pelas AR (Autoridade de Registro);
- e) pela AC Raiz.

99. Em relação a construção de nomes de arquivos no Windows, marque um nome de arquivo inválido.

- a) teste&
- b) teste\$
- c) teste*novo
- d) teste_total
- e) teste_pausado

100. No contexto das interfaces de servidores de e-mail, assinale a opção que descreve corretamente o significado do termo rascunho.

- a) Uma mensagem deletada.
- b) Uma mensagem caracterizada como spam.
- c) Uma mensagem que ainda não foi enviada.
- d) Uma mensagem contendo pendências ortográficas.
- e) Uma mensagem recebida que tenha sido marcada como no reply.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCERJ-23-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

 **Estratégia**
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>